

Rui Alexandre Grácio

Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro

rgracio@ua.pt

CIÊNCIA ID: 7911-7228-7599

DO PÓS-COLONIALISMO AO NEOCOLONIALISMO DIGITAL: CONHECIMENTO, DOMÍNIO E APROPRIAÇÃO NA ERA DA CONECTIVIDADE¹

Resumo

A transição digital em curso tem sido objeto de ampla celebração pelos seus avanços técnicos deslumbrantes, mas também suscita preocupações de ordem ética, política e epistémica. Este artigo propõe uma análise crítica da digitalização contemporânea enquanto forma de neocolonialismo digital, retomando e atualizando categorias históricas associadas ao colonialismo. Com base nas contribuições de autores como Nick Couldry, Ulises Mejias, Éric Sadin, Shoshana Zuboff e Jathan Sadowski, delineamos uma genealogia do poder digital assente na extração de dados, na vigilância e na instrumentalização da comunicação e do conhecimento. Argumentamos que o ideal moderno de conhecimento como dominação da realidade e das relações humanas, orienta não apenas o desenvolvimento unidimensionalizante das tecnologias digitais, como reforça estruturas de sujeição e desigualdade global. Ao aproximar o neocolonialismo digital da crítica pós-colonial, pretendemos refletir sobre o tipo de cultura tecnológica que estamos a construir e sobre a necessidade de imaginar alternativas mais justas, libertadoras e plurais.

Palavras-chave:

Conectividade digital, neocolonialismo, capitalismo de vigilância, conhecimento.

¹ Comunicação apresentada no IV Congresso da Rede Nacional de Estudos Culturais, subordinado ao tema “Os estudos lusófonos e ibero-americanos como campo de investigação na ciência, na cultura e nas artes”, realizado nos dias 26 e 27 de junho de 2025. Esta participação contou, integrada das atividades do CLLC - Centro de Línguas, Literaturas e Culturas da Universidade de Aveiro, com o apoio da FCT (UID/004188/CLLC).

1. Introdução

A conversão digital a que assistimos nas últimas décadas tem sido apresentada como uma nova etapa do progresso humano. Termos como “inovação”, “eficiência”, “conectividade” e “acesso” dominam os discursos empresariais, políticos e educacionais. No entanto, por trás desse vocabulário atrativo e prometedora, vai emergindo um conjunto de práticas que, longe de libertarem os indivíduos, produzem novas formas de sujeição, vigilância e controle. Neste sentido, propomo-nos aqui explorar a tese segundo a qual o atual modelo de digitalização e de conectividade constitui uma nova forma de colonialismo — o neocolonialismo digital — no qual os corpos, as subjetividades e as relações sociais são apropriados por meio de plataformas tecnológicas e explorados como recursos económicos. A colonização, historicamente, implicou a dominação de povos e territórios, acompanhada de um projeto epistémico e cultural que procurava impor uma visão única do mundo. Hoje, com o avanço do capitalismo digital, observamos um novo tipo de colonização, centrado na captura da experiência humana através dos dados e a sua redução a ambientes incontornavelmente mediados por dados. Esta forma de poder é, como argumentam Couldry e Mejias (2019), estruturalmente semelhante à colonial, pois assenta na extração e na expropriação sistemática. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento tecnológico está alicerçado num ideal de conhecimento que vê o mundo como algo a ser dominado, controlado, previsto e rentabilizado — uma epistemologia da dominação que herdamos da modernidade.

2. Colonialismo clássico e neocolonialismo digital: rupturas e continuidade

O colonialismo europeu dos séculos XV a XX não foi apenas um fenómeno de exploração económica, mas também um projeto civilizacional e epistémico. Como demonstram os estudos pós-coloniais, o colonialismo

implicou a imposição de formas específicas de ver, conhecer e organizar o mundo. A “missão civilizadora” era sustentada por uma racionalidade que naturalizava a desigualdade, hierarquizava os saberes e desumanizava os povos colonizados.

No contexto contemporâneo, embora os impérios coloniais tenham formalmente desaparecido, as lógicas de exploração persistem, agora sob formas tecnológicas e mercantis.

Couldry e Mejias (2019) cunharam a expressão *data colonialism* para descrever a forma como a vida cotidiana dos sujeitos é apropriada pelas plataformas digitais, transformando gestos, emoções, relações e trajetórias em dados passíveis de análise, previsão e monetização. Não se trata apenas de vigilância: trata-se de uma reconfiguração total da vida humana em função das lógicas do capital.

Na comparação que fazem entre o colonialismo tradicional e o colonialismo de dados, os autores referidos utilizam aquilo que designam como o enquadramento dos 4Es: explorar, expandir, extrair e exterminar (Couldry e Mejias, 2018, p. 83). Sobre este último termo, escrevem os autores:

Assim, o extermínio no colonialismo de dados é melhor compreendido não como a eliminação de povos inteiros, mas como a eliminação gradual dos espaços sociais que podem existir fora das relações de dados. Sabemos, ao observar o legado do colonialismo histórico, que o genocídio sempre implicou a destruição de culturas, línguas e modos de vida. Nesse sentido, o colonialismo de dados dá continuidade ao projeto de homogeneização dos meios de comunicação de massa — um projeto pelo qual a diferença é subjugada em nome da conformidade. O extermínio efetivo dos sujeitos torna-se desnecessário assim que se efetivar a eliminação das

formas de vida que não existem apenas como recursos para o capitalismo. (Couldry e Mejias, 2018, p. 107)

O enquadramento dos 4Es é acompanhado pela edificação de infraestruturas de comunicação e de conectividade, na qual se inclui o uso generalizado de dispositivos com capacidade de processamento (computadores pessoais, telemóveis, entre outros).

Assim, este neocolonialismo não necessita de ocupação territorial: opera através de infraestruturas digitais globais, acessíveis, mas profundamente assimétricas e homogeneizadoras.

As grandes empresas de tecnologia — maioritariamente sediadas no Norte Global — concentram o poder sobre os dados, os algoritmos e os circuitos de valor. Foi nesse sentido que Éric Sadin falou em “silicolonização” do mundo, um movimento que, nas palavras do autor “representa o clímax do positivismo, que considera a racionalidade tecnocientífica como o vetor privilegiado de organização da sociedade e das condições de vida” (Sadin, 2016, pp. 87-88). Os utilizadores das plataformas digitais, por sua vez, tornam-se simultaneamente produtos e produtores de valor, sem qualquer controlo sobre os processos que os governam.

3. Conhecimento como domínio: a racionalidade técnica da modernidade

A crítica ao neocolonialismo digital não pode ignorar o papel do conhecimento científico e técnico na legitimação dessa nova forma de dominação. A modernidade europeia fundou-se numa concepção de conhecimento baseada na objetividade, na previsibilidade e na capacidade de controlar a realidade: o saber é visto como poder, domínio e controlo sobre a realidade. Essa visão, herdada do Iluminismo e do positivismo, fez

do conhecimento um instrumento de poder — sobre a natureza, sobre os corpos e sobre as sociedades.

Tal racionalidade técnica foi central no projeto colonial: conhecer era, desde o início, categorizar, medir, hierarquizar e dominar. Ora, alerta-nos Éric Sadin (2016), esse mesmo ideal encontra continuidade nas tecnologias digitais contemporâneas, que se apresentam como neutras e racionais, mas operam uma forma sutil de imposição cultural e epistemológica. As plataformas, ao codificarem o mundo em linguagem computacional, reduzem a complexidade da experiência humana a dados abstratos, eliminando contextos, significados e subjetividades.

A pergunta crucial que emerge é: que tipo de conhecimento está por trás das tecnologias que utilizamos? Que tipo de relação com o mundo, com a natureza e com os outros está implícita na forma como as utilizamos? Trata-se de uma relação de escuta, cuidado e reciprocidade, ou de controle, predição e manipulação?

É hoje em dia frequente fazer-se um apelo à ética como vetor de proteção do humano relativamente ao tecnológico. Mas, no mundo do “time is money”, onde tudo é permeável ao negócio, onde tudo se compra e se vende e onde o lucro mercadológico se tornou o valor dos valores, poderá ainda fazer sentido a ideia de Kant segundo a qual as coisas têm preço, as pessoas dignidade?

4. Conectividade e vigilância: a nova economia da subjetividade

Um dos aspectos mais marcantes do neocolonialismo digital é a centralidade da conectividade como vetor de exploração. Como argumentado por Zuboff (2019), a ascensão do capitalismo de vigilância está diretamente relacionada com a proliferação de dispositivos portáteis e com a promessa de acesso permanente e personalizado (uma espécie de porta-a-porta digital). No entanto, essa promessa oculta uma forma de vigilância generalizada, na qual os comportamentos são monitorizados, antecipados e

moldados para servir interesses comerciais, como aliás está bem ilustrado na seguinte figura:

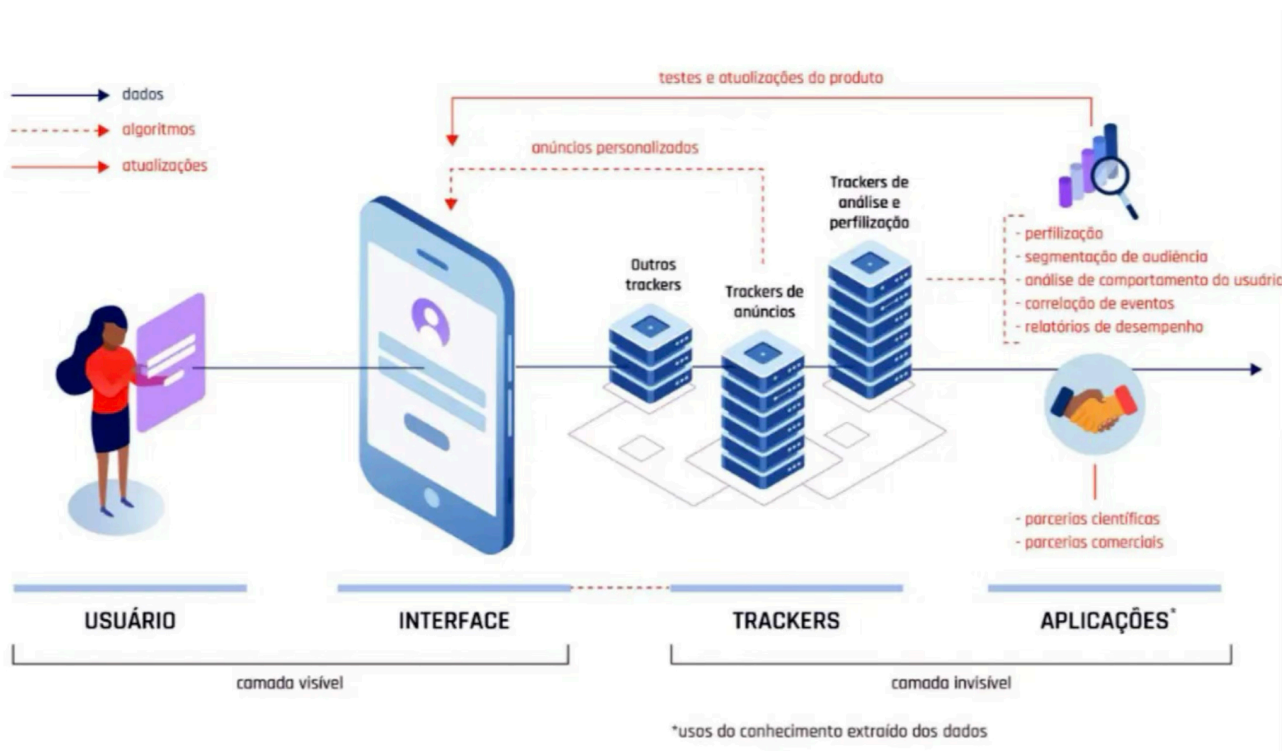


Figura 1: Fluxo de captura, compartilhamento e análise de dados por meio de rastreadores (Bruno et al, 2021, p. 49)

Os dados não são apenas registados: são analisados, cruzados e utilizados para influenciar decisões, desde o consumo até a orientação política. Como sublinha Sadowski (2019), o processo de datificação transforma tudo em capital potencial, incluindo emoções, padrões de sono e interações sociais. Trata-se de um regime de política económica. Esta captura da subjetividade é particularmente insidiosa, pois opera com o consentimento — muitas vezes inconsciente — dos sujeitos, sob a aparência de liberdade e conveniência.

A conectividade, portanto, converte-se numa forma de apropriação do tempo, da atenção e da experiência. Ao contrário do ideal iluminista de emancipação pelo conhecimento, o que se observa é uma crescente

heteronomia, uma sujeição tecnológica sustentada por infraestruturas invisíveis e por discursos de neutralidade técnica.

5. A cultura tecnológica como projeto político

A crítica ao neocolonialismo digital exige, além do diagnóstico, um gesto de reinvenção cultural. A cultura tecnológica não é apenas um reflexo das possibilidades técnicas: é a expressão de valores, escolhas e visões de mundo. O modelo atual, centrado na eficiência, na monetização e na maximização de dados, reflete uma cultura de poder e dominação, herdada do colonialismo e da racionalidade moderna.

É preciso, portanto, pensar alternativas. Isso implica imaginar outras formas de relação com o conhecimento e com a tecnologia — formas que não se fundem com a dominação, mas que valorizem a pluralidade, a escuta, o cuidado e o respeito pela alteridade. Trata-se de uma tarefa coletiva, que passa pela descolonização do imaginário técnico e do seu paradigma do ilimitado, pela valorização de saberes locais e pela construção de tecnologias comprometidas com a justiça social e epistémica.

6. Considerações finais

O neocolonialismo digital é mais do que uma metáfora: é uma realidade concreta, sustentada por infraestruturas, algoritmos e modelos económicos que reproduzem lógicas de exploração sob novas formas.

Este texto procurou mostrar como o ideal moderno de conhecimento, como poder sobre a realidade, está na base desse processo. A crítica que propomos não é contra a tecnologia em si, mas contra o modo como ela tem sido concebida, implementada e justificada.

Descolonizar o digital significa, entre muitas outras coisas, repensar a própria ideia de progresso como eficácia, aceleração, rentabilidade, exploração e controlo em permanência, implica desintoxicar adições que

conduzem à servidão, recusar o reducionismo algorítmico e afirmar formas plurais de conhecer, viver e habitar o mundo.

O futuro das tecnologias não está dado: ele depende das escolhas que fazemos hoje, como sociedade, como cultura e como humanidade. Trata-se de levar a cabo, como bem retratado no subtítulo da obra de Zuboff, a “luta por um futuro humano numa nova fronteira do poder” uma vez que "o rastreamento de sujeitos humanos, que é central para o colonialismo de dados, é incompatível com a integridade mínima do eu que fundamenta a autonomia e a liberdade em todas as suas formas." (Couldry e Mejias, 2018, p. XV).

Referências

- Bruno, F. et al (2021). “Tudo por conta própria”: autonomia individual e mediação técnica em aplicativos de autocuidado psicológico. *Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 33-54, jan./mar. 2021 [www.reciis.icict.fiocruz.br] e-ISSN 1981-6278
- Couldry, N., & Mejias, U. A. (2019). *The Costs of Connection: How Data is Colonizing Human Life and Appropriating it for Capitalism*. Stanford University Press.
- Mejias, U. A. & Couldry, N. (2019). Datafication. *Internet Policy Review*, 8(4). DOI: 10.14763/2019.4.1428
- Sadin, E. (2016). *La silicolonisation du monde: L'irrésistible expansion du libéralisme numérique*. Éditions L'échappée.
- Sadowski, J. (2019). "When data is capital: Datafication, accumulation, and extraction." *Big Data & Society*, 6(1), 1–12.
- Zuboff, S. (2019). *The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power*. PublicAffairs.